



USO DE DISPOSITIVOS MÓVEIS NO ENSINO MÉDIO: LIMITES, POSSIBILIDADES E DESAFIOS DA LEI N° 15.100/2025 NO CONTEXTO ESCOLAR

RESUMO

O presente trabalho é um relato de experiência desenvolvido no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) do curso de Licenciatura em Matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Araraquara, em parceria com a Escola Técnica Estadual Professor Escola Técnica Estadual Professora Anna de Oliveira Ferraz (ETEC-Araraquara). A proposta surgiu a partir das observações realizadas ao longo do primeiro semestre de 2025, período de implementação da Lei nº 15.100/2025, que regulamenta o uso de dispositivos móveis por estudantes em ambientes escolares no Estado de São Paulo. A pesquisa, de caráter qualitativo e cunho exploratório, fundamenta-se em autores como Moran (2015) e Kenski (2012), que discutem o papel das tecnologias na educação, bem como estudos sobre impactos do uso excessivo de telas na cognição, atenção e saúde mental (Lemola et al., 2015). A metodologia envolveu observação direta e registro das situações em sala de aula, com análise documental da referida lei. Foi possível identificar dificuldades de adaptação por parte dos estudantes, conflitos decorrentes da aplicação da norma e impactos no ritmo das aulas, exigindo intervenções constantes da professora supervisora. Por outro lado, emergiram reflexões sobre as possibilidades pedagógicas do uso consciente dos dispositivos, desde que mediado de forma planejada e crítica pelo docente. Os resultados indicam que a simples proibição do uso de celulares não resolve os desafios relacionados à atenção e ao engajamento dos estudantes, sendo necessário um trabalho de conscientização e diálogo sobre o uso responsável da tecnologia. Essa experiência contribuiu para a formação docente inicial ao aproximar os bolsistas dos desafios reais da sala de aula e da complexidade das relações escolares no contexto contemporâneo.

Palavras-chave: PIBID, Tecnologias e educação, Relação professor-aluno, Lei nº 15.100/2025, Ensino Médio.